



As Práticas e a Docência em Música

Josiane Paula Maltauro Lopes
(Organizadora)

Josiane Paula Maltauro Lopes
(Organizadora)

As Práticas e a Docência em Música

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P912 As práticas e a docência em música [recurso eletrônico] /
Organizadora Josiane Paula Maltauro Lopes. – Ponta Grossa,
PR: Atena Editora, 2019.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-548-8
DOI 10.22533/at.ed.488192008

1. Música – Instrução e estudo. 2. Prática de ensino.
3. Professores de música – Formação. I. Lopes, Josiane Paula
Maltauro.

CDD 780.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

Ao nos referirmos às práticas e à docência em música, abordamos temáticas que vão além do ensino e aprendizagem da música no âmbito tradicional. A prática musical envolve as questões da performance de modo como o músico se prepara para tal. O que está em voga, nos dias atuais, é justamente a análise e a revisão de métodos e práticas a fim de torná-los cada vez mais proveitosos no desenvolvimento musical diante de uma sociedade em constante transformação. Ao mesmo tempo, as análises e revisões de métodos e metodologias do ensino de música tornam a docência uma atividade viva, dinâmica e que está continuamente em processo de renovação.

O livro “As práticas e a docência em música” aqui apresentado, se inicia com um capítulo que busca levantar discussões importantes sobre como a legislação em vigor reconhece a música na Educação Infantil, por intermédio de um estudo voltado para os documentos orientadores das práticas escolares, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 2017) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), justapondo-se aos estudos teóricos sobre o desenvolvimento da linguagem segundo Piaget (2015), Vygotsky(1993). Intitulado “Traços, sons, cores e formas: a linguagem musical na base curricular da Educação Infantil”, este primeiro capítulo aponta que a evolução das concepções de aprendizagem evidenciam as contribuições da música, mas é preciso que os ambientes sejam construídos com fluidez nos conceitos, reflexões, e oportunidades reais de experiências concretas, ou não, do aluno com a música, e isso implica em um diálogo educacional articulado com a legislação, com as necessidades da comunidade em que se insere e sempre atento ao sujeito que integra o contexto.

No segundo capítulo, cujo título é “Educação musical e sociologia da infância: uma aproximação a partir da proposta pedagógica de Carl Orff” é apresentada uma leitura das ideias de Carl Orff à luz de conceitos como reprodução interpretativa e cultura de pares, de modo a apontar para especificidades acerca da concepção de infância que orientam o aporte orffiano. Nesse sentido, ressalta-se que, ao lidar com a abordagem orffiana, faz-se necessário refletir sobre o que se entende por processos de ensino e aprendizagem mais adequados ao fazer musical na infância no tempo presente.

O terceiro capítulo discute as relações entre *autonomia* e *transmissão de conhecimento* em uma prática educativa fomentadora do processo criativo. Com o título “Sobre autonomia e transmissão de conhecimento no processo criativo inserido em uma prática educativa” o autor propõe uma análise que permite tomarmos as relações entre autonomia e transmissão de conhecimento como um processo dialético, provendo elementos para a reflexão da educação musical.

Na sequência, apresentamos o capítulo quatro, cujo título é “A improvisação livre como ferramenta pedagógica no movimento escola moderna”. Neste capítulo o

autor apresenta um histórico da educação musical no Movimento Escola Moderna, iniciado pelo educador francês Célestin Freinet buscando aproximar esta abordagem pedagógica e os leitores da área da educação musical. Além disso, são apresentados dois conceitos freinetianos que direcionam as atividades escolares às práticas criativas: livre expressão e tateamento experimental. Para fechar o capítulo o autor relaciona características da improvisação livre com conceitos freinetianos por meio de exemplos de atividades realizadas por professores.

O quinto capítulo trata a respeito da possibilidade de uma contradição na teoria da audição a qual aproxima-se da Psicologia Histórico-Cultural quando esboça a problematização do significado como uma relação entre a linguagem e pensamento. Com o título “As relações entre linguagem, pensamento e significado na teoria da audição: dos limites de uma contradição às contribuições para a pedagogia histórico-crítica” o capítulo aponta que as contribuições da teoria da audição podem ser decisivas neste caminho, já que nela estão pré-formuladas tentativas de definir elementos essenciais da Psicologia Histórico-Cultural como a imagem subjetiva da realidade objetiva, a linguagem e o pensamento.

“Espanhol para falantes brasileiros e português brasileiro para falantes hispano-americanos: dois estudos de caso em dicção para cantores” é o título do sexto capítulo que apresenta dois estudos de caso ocorridos na disciplina Dicção em cursos de canto: o primeiro, com alunos brasileiros de curso técnico na interpretação de repertório espanhol; o segundo, com hispano-americanos de curso de graduação na interpretação de repertório brasileiro. As conclusões apontam que o professor de canto contribui ao aplicar estudos de fonética articulatória, alfabeto fonético internacional, transcrição fonética, com ênfase nas características fonético-fonológicas que distinguem cada uma destas línguas, para que os alunos possam cantar estes e outros repertórios com dicção adequada.

No sétimo capítulo são apresentadas as mais comuns dificuldades técnicas encontradas por um barítono. O objetivo do trabalho foi contextualizar questões importantes para o treino vocal dos cantores dessa classificação. As conclusões apontam para existência de subclasificações para a voz de barítono bem como as principais dificuldades que os barítonos encontram na prática vocal.

Seguindo para o fechamento deste livro, o oitavo capítulo intitulado “A influência do canto na interpretação instrumental e da viola de arco nos séculos XVI a XIX”, apresenta a proximidade interpretativa que houve pela história entre instrumentos e canto, e viola e canto. As considerações finais evidenciam a influência que as teorias ligadas à expressividade da fala e da voz exerciam sobre a prática vocal, que era modelo de interpretação expressiva para os instrumentos, principalmente dos séculos XVI ao XIX.

No último capítulo, cujo título é “Processos cognitivos na metodologia de Otakar Ševčík para a aprendizagem inicial do violino”, destaca-se a aplicabilidade de procedimentos relativos à memória muscular e ao desenvolvimento auditivo presentes

na metodologia de ensino de Ševčík para o aprendizado inicial do violino. No capítulo, os autores enfatizam legado de Ševčík, do qual apreende-se que a interligação correta de processos cognitivos atua positivamente na execução de movimentos simultâneos complexos, e que as percepções auditivas, visuais e cinestésicas, se estimuladas conscientemente, conduzem de modo decisivo o aprendizado.

Desejamos que este material possa somar de maneira significativa às abordagens de práticas musicais, bem como, às atividades relacionadas à docência em música. Parabenizamos os autores pelas pesquisas bem fundamentadas, e principalmente à Atena Editora por permitir que o conhecimento seja difundido e disponibilizado para que as novas gerações se interessem cada vez mais pela prática e pela docência em música.

Josiane Paula Maltauro Lopes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS: A LINGUAGEM MUSICAL NA BASE CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Géssica Pereira Monteiro Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.4881920081	
CAPÍTULO 2	8
EDUCAÇÃO MUSICAL E SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE CARL ORFF	
Tamy de Oliveira Ramos Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.4881920082	
CAPÍTULO 3	15
SOBRE AUTONOMIA E TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO NO PROCESSO CRIATIVO INSERIDO EM UMA PRÁTICA EDUCATIVA	
Thiago Xavier de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.4881920083	
CAPÍTULO 4	23
A IMPROVISAZÃO LIVRE COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO MOVIMENTO ESCOLA MODERNA	
Tamy de Oliveira Ramos Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.4881920084	
CAPÍTULO 5	31
AS RELAÇÕES ENTRE LINGUAGEM, PENSAMENTO E SIGNIFICADO NA TEORIA DA AUDIAÇÃO: DOS LIMITES DE UMA CONTRADIÇÃO ÀS CONTRIBUIÇÕES PARA A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	
Thiago Xavier de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.4881920085	
CAPÍTULO 6	43
ESPANHOL PARA FALANTES BRASILEIROS E PORTUGUÊS BRASILEIRO PARA FALANTES HISPANO-AMERICANOS: DOIS ESTUDOS DE CASO EM DICÇÃO PARA CANTORES	
Jeanne Maria Gomes Rocha Lorenzetti	
DOI 10.22533/at.ed.4881920086	
CAPÍTULO 7	51
BARÍTONOS: PARÂMETROS VOCAIS DESEJADOS NA PEDAGOGIA DO CANTO, DIFICULDADES TÉCNICAS COMUNS E SUBCLASSIFICAÇÕESZ	
Régis Luís de Carvalho Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4881920087	
CAPÍTULO 8	64
A INFLUÊNCIA DO CANTO NA INTERPRETAÇÃO INSTRUMENTAL E DA VIOLA DE ARCO NOS SÉCULOS XVI A XIX	
Cindy Folly Faria	
DOI 10.22533/at.ed.4881920088	

CAPÍTULO 9	71
PROCESSOS COGNITIVOS NA METODOLOGIA DE OTAKAR ŠEVČÍK PARA A APRENDIZAGEM INICIAL DO VIOLINO	
Carmela de Mattos	
Cáudia Zanini	
Eliane Leão	
DOI 10.22533/at.ed.4881920089	
SOBRE A ORGANIZADORA	80
ÍNDICE REMISSIVO	81

TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS: A LINGUAGEM MUSICAL NA BASE CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Géssica Pereira Monteiro Rangel
UENF

e-mail:gessica.gigi@gmail.com

“Aquilo que está escrito no coração não necessita de agendas porque a gente não esquece. O que a memória ama fica eterno.”

(Rubem Alves)

RESUMO: Esse trabalho tenciona despertar para a importância do campo de experiência “Traços, sons, cores e formas” em benefício dos conhecimentos musicais e o desenvolvimento da linguagem na Educação Infantil. Para tanto, o estudo se valerá de uma análise da legislação vigente norteadora das práticas escolares, traduzido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), amparando-se também nos apontamentos teóricos dentro do desenvolvimento humano segundo Piaget (2015), Vygotsky(1993). Desse modo, as discussões aqui propostas estão pautadas nos efeitos das experiências culturais musicais, e sua relevante relação com a linguagem na ampliação das habilidades e aprendizagem infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Música, Educação Infantil, Desenvolvimento, Linguagem.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em alto e bom som, podemos dizer que é possível escutar e sentir a implicações da música no desenvolvimento humano. Desde a barriga da mamãe, o bebê interage com os sons e sensações a partir dos estímulos maternos, e das suas relações subjetivas com o seu entorno. Ainda que ele não tenha se apresentado ao mundo efetivamente pelo nascimento, a partir do seu desenvolvimento neurológico, já possui aptidões e necessidades que envolvem as tramas sonoras.

Os estudos de Piaget (2015) sobre o desenvolvimento do símbolo na criança contribuem para uma melhor compreensão do processo biológico infantil de maturação das capacidades cognitivas, no qual, o som se apresenta em todas as fases, principalmente na terceira, que trata à fonação da criança. Ainda nos estudos da infância, Vygotsky(1993) dedicou-se ao estudo do desenvolvimento do pensamento e linguagem, no qual o som, implicitamente remetido as experiências sociais da criança, é um diferencial para o “curso do desenvolvimento do pensamento”.(1993,p.18)

Nesse sentido, podemos perceber que a experiência do sujeito com o som seja pela troca com o outro a partir dos signos e palavras inerentes à linguagem humana, seja pelo seu

envolvimento com experiências musicais, todos são atividades sonoras importantes para o universo infantil que justificam-se por sua contribuição no amadurecimento das capacidades cognitivas, e principalmente, na sensibilidade humana.

Portanto, esse trabalho, tenciona levantar discussões importantes sobre como a legislação em vigor reconhece a música na Educação Infantil, por intermédio de um estudo voltado para o documentos orientadores das práticas escolares, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 2017) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), justapondo-se aos estudos teóricos sobre o desenvolvimento da linguagem segundo Piaget (2015), Vygotsky(1993).

Nesse sentido, de forma dialógica, discutiremos a legislação vigente trazendo alguns apontamentos relativos ao sentido proveniente das experiências escolares dos autores que preocupam-se com a construção de um contexto escolar de qualidade, atento aos efeitos das manifestações culturais musicais no desenvolvimento da linguagem da criança.

1 | UM RETROSPECTO SOBRE A INFÂNCIA

A história da criança na sociedade é traçada em cima de um silêncio ensurdecedor, no qual dentre tantas demandas, a mortalidade infantil imperava nas preocupações eminentes, uma vez que os cuidados com a higiene e a saúde eram precários. De acordo com Heywood (2004), até o século XII, o pensamento indiferente sobre as crianças menores de dois anos era comum, uma vez que, comparado a um “animal suspirante”, até essa idade as chances de sobrevivência eram poucas.

A criança crescia introspectiva, em um contexto familiar que não considerava suas necessidades, suas capacidades, sendo ela entendida como um “macaquinho impudico” (Áries, 1981, p.10). Como um espetáculo as crianças eram observadas, e se elas morressem, era somente o fim do “show”, que com o nascimento de outra criança recomeçava.

Mas, ao longo do tempo, as famílias foram modificando suas concepções, e com intuito de reverter o quadro de mortalidade, aumentou-se os cuidados remetidos a ela, que implicou em uma diminuição de nascimentos. De acordo com o autor Áries (1981)

A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ÁRIES, 1981, p.12).

Nesse sentido, a partir do momento que a criança começou a ser reconhecida como um ser humano, ela foi conquistando cada vez mais o espaço que é seu de direito. Se for para comparar os pensamentos medievais com os pensamentos do século XXI, pode-se perceber pela legislação vigente que a criança alcançou um considerável espaço. Entretanto, ainda que a legislação reflita o pensamento da

sociedade, ainda existem muitos desafios sobre os contextos de ensino infantil que precisam ser repensados e modificados para o seu desenvolvimento da criança. As leis são criadas, mas ainda há falhas no processo de implementação, fato esse que lança uma nova discussão em torno da profissionalização docente na Educação Infantil, na medida em que são os professores e educadores que aplicam a lei em suas práticas.

2 | O PERCURSO DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

Os estudos sobre a Educação Musical no Brasil caminham por um longo percurso histórico iniciado desde as missões organizadas pelos padres jesuítas, estando as atividades musicais relacionadas à catequese dos brasileiros. Perpassando por organizações que ficaram conhecidas como irmandades, essas que por meio dos padres músicos, contribuíram para uma ampliação dos adeptos dos ensinamentos musicais no século XVII.

No Brasil Império, as Escolas Normais marcaram um avanço na política educacional no que se refere à Educação Musical, eclodem, então, os primeiros registros educacionais preocupados com os conhecimentos musicais no processo de formação de professores. O governo de Getúlio Vargas, então, marcado pela popularização da Educação Musical, o maior movimento dentro das questões musicais, concretizado pelo ensino da disciplina “Canto Orfeônico” na educação básica brasileira. Na década de 60, aos poucos a disciplina foi desaparecendo das escolas, e um dos motivos foi a incidência da disciplina de Educação Artística tornar-se obrigatória a partir da promulgação da Lei nº 5.692/1971, no qual, também instituiu-se a chamada polivalência no ensino de artes. (BENNETT, 1986).

Para a polivalência, pode-se interpretar a suposta capacidade de um profissional ministrar aulas de diversas modalidades, como dança, teatro, música, artes visuais, somente sendo portador do diploma do curso superior que existia na época chamado de “Licenciatura Curta”. É importante ressaltar, que a superficial formação, não permitia que os conhecimentos se apresentassem de forma consistente. Nesse sentido, por volta da década de 80, instalou-se sobre os profissionais de artes questionamentos sobre o trabalho polivalente, que fez despertar soluções, como a especialização em áreas artísticas.

Com a promulgação da Lei nº 9.394/1996, houve um avanço nas discussões curriculares, que apontavam para a necessidade das múltiplas manifestações artísticas nas escolas. E é dentro do contexto das quatro modalidades Artes Visuais, Música, Teatro e Dança, eminentes no Ensino de Artes, que os cursos de Licenciatura específicos começa a aparecer, inclusive, a Licenciatura Plena em Música.

Diante do exposto, a partir de um breve e superficial retrospecto histórico aqui desenhado, que os trâmites legais ainda que de forma limitada, apresentavam

simbólicas demonstrações da importância das práticas musicais nos processos educativos. Entretanto, efetivamente, um considerável reconhecimento se deu a partir da promulgação da Lei nº 11.769, em 2008, no qual a música passou a compor o currículo de forma obrigatória, que implica, portanto, na instituição obrigatória de aulas de música nas escolas brasileiras.

3 | IMPLICAÇÕES DE UM CURRÍCULO EMERGENTE

A partir do momento que se conquistou uma consciência sobre as questões infantis, as leis surgem para assegurar que os seus direitos sejam cumpridos no contexto escolar. No cenário escolar infantil, é preciso verificar se o cumprimento dos direitos de “conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se” (BNCC, 2017, p. 36) estão sendo resguardados.

Nesse sentido, o contexto de aprendizagem infantil dentro da última versão apresentada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) considera que existem cinco eixos estruturantes para as práticas educativas, classificados como campos de experiências. A Base Nacional (2017) define como campo de experiência

um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte de patrimônio cultural. (BNCC, 2017, p. 36)

Dessa forma, é importante ressaltar que estudiosos e pesquisadores da infância se reuniram para a organização do documento, o que significa que os saberes apontados como fundamentais, partem das demandas da sociedade, bem como, da cultura. E é dentro dos campos de experiência organizados pela BNCC (2017) que encontramos os saberes e conhecimentos relacionados às manifestações artísticas reunidos no campo “Traços, sons, cores e formas”. Reúnem-se nele as diversas possibilidades culturais, artísticas e científicas, no qual, as crianças são expostas, atividades que estimulam a sua autonomia, criatividade, que possibilita o infante a extravasar suas impressões do mundo pelas múltiplas formas de linguagem (artes visuais, música, teatro, dança). Compreende-se que essas experiências possibilitam de acordo com a Base Nacional (BNCC, 2017, p.37) que

as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que elas se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.

Dessa forma, é possível compreender que uma educação preocupada com o sentimento humano é construída em cima de muitas experiências do indivíduo com a arte. Em específico, dentro das discussões sobre a manifestação musical é importante

entender que a mesma carrega particularidades da sociedade de origem, que pelo constante movimento cultural, forma e ganha novas formas constantemente.

E é nesse sentido que podemos entender a música no contexto de Educação Infantil. Dentro das três fases do desenvolvimento que dividem o contexto de Educação Infantil, sendo elas: Crianças de zero a 1 ano e 6 meses; Crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses; Crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses.

Nesse aspecto, são lançados os objetivos de aprendizagem que precisam ser garantidos pelos professores no cotidiano escolar, que podem ser vistos no quadro a seguir extraído da Base Nacional Comum Curricular (2017, p. 45).

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS "TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS"

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO		
Crianças de zero a 1 ano e 6 meses	Crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses	Crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses
(EIO1TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.	(EIO2TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.	(EIO3TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.
(EIO1TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.	(EIO2TS02) Utilizar diferentes materiais, suportes e procedimentos para grafar, explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes.	(EIO3TS02) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.
(EIO1TS03) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), criando objetos tridimensionais.	(EIO2TS03) Expressar-se por meio de linguagens como a do desenho, da música, do movimento corporal, do teatro.	(EIO3TS03) Apreciar e participar de apresentações de teatro, música, dança, circo, recitação de poemas e outras manifestações artísticas.
(EIO1TS04) Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.	(EIO2TS04) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.	(EIO3TS04) Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.
(EIO1TS05) Imitar gestos, movimentos, sons, palavras de outras crianças e adultos, animais, objetos e fenômenos da natureza.	(EIO2TS05) Imitar e criar movimentos próprios, em danças, cenas de teatro, narrativas e músicas.	(EIO3TS05) Reconhecer e ampliar possibilidades expressivas do seu corpo por meio de elementos da dança.

Fonte: Retirado da Base Nacional Comum Curricular, 2017, p. 45

Dentro das especificidades delimitadas, podemos perceber que para crianças de zero a 1 ano e 6 meses, evidencia-se a fase de desenvolvimento da coordenação motora grossa, o virar, o sentar, o engatinhar, o andar, o equilíbrio, e tudo isso atribui ao movimento um som. O cair e levantar, o mexer pra lá e pra cá. O balbuciar, do bebê. Tudo isso ganha ainda mais significado quando estimulado com experiências da criança com a música. A infância deve ser constituída de elementos sonoros variados.

Para crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, advertiu-se experiências concretas pelo toque, pela expressão, o que implica o potencial criativo do sujeito. Nesse sentido, os conhecimentos externos a criança são consolidados pela oportunidade dela manusear os instrumentos, sentir suas vibrações, tirar suas próprias conclusões da experiência. A capacidade criativa está cada vez mais aflorada, o que implica na

preocupação de propostas que incentivem no aluno suas potencialidades autorais.

As crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses, precisa ser estimulada por símbolos, no contexto musical podemos observar que existe a necessidade de que a criança desperte seus ouvidos para o reconhecimento dos sons, no que tange, a sua intensidade, a sua duração, a sua altura e ao timbre. Entretanto, a criança nessa idade, já consegue ir além do reconhecimento, uma vez que ela já atribui sua identidade nas relações que faz com os novos conhecimentos.

Nesse sentido, é possível observar que sob a ótica de Reimer (1970) os objetivos de aprendizagem (BNCC, 2017) encontram-se dentro dos preceitos musicais segundo o autor (1970) que destaca que o sujeito precisa entender, dando a ele a opção de escolha de material, o que implica, na existência de uma variada oferta de material musical. Mas, fica um questionamento dentro da realidade das escolas públicas: Será que existe materiais para atender esse preceito?

Outro ponto importante é deixar que o sujeito sinta a experiência de modo, que ele expresse a música. Além de proporcionar a ele uma vivência despertada por elementos musicais que é difícil descrever, pois se vive. Dentro desse aspecto, os objetivos alertam para a intensidade da experiência.

Ainda segundo o autor Reimer (1970), é preciso ter atenção na forma como o profissional deve conduzir o momento, uma vez que, a preocupação com a linguagem é um fator preponderante para um contexto expressivo, livre de orientações para as emoções. O que pode ser uma problemática dentro do contexto de Educação Infantil, pois, os profissionais precisam compreender a necessidade da Educação Musical para o desenvolvimento humano, e essa compreensão é construída a partir das próprias vivências do profissional com a música, sendo uma delas a formação profissional.

Portanto, ainda compreende-se a Educação Musical na Educação Infantil ainda precisa se valer de muitos aparatos materiais, espaciais, e circunstanciais, como a formação dos profissionais envolvidos, para a consolidação de experiências de sucesso com a música.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, a partir das leituras propostas, é possível compreender que o contexto de Educação Infantil se encontra em um processo constante de luta por reconhecimento, pelo passado que acompanha a história da criança. Esse fator, faz com que as conquistas legislativas sejam cada vez mais acompanhadas, preocupando-se com a evolução dos estudos sobre a infância e pela infância.

Em consonância com o histórico infantil, está a história da Educação Musical, uma vez que, seu reconhecimento veio no decorrer do tempo, gradualmente. É importante entender dentro dessa perspectiva que é preciso que se garanta a concretude dos estudos musicais pelos alunos, professores no meio em que se inserem, nas escolas.

Nesse sentido, a evolução das concepções de aprendizagem evidenciam as contribuições da música, mas é preciso que os ambientes sejam construídos com fluidez nos conceitos, reflexões, e oportunidades reais de experiências concretas, ou não, do aluno com a música, e isso implica em um diálogo educacional articulado com a legislação, com as necessidades da comunidade em que se insere e sempre atento ao sujeito que integra o contexto. E para isso, o professor precisa compreender o processo no qual ele faz parte.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

BENNETT, Roy. Uma Breve História da Música. Tradução de Maria Teresa Resende Costa. Rio de Janeiro: s/ed, 1986.

BRASIL. RCNEI – Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil – Brasil, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB: Lei nº 9.394/96. Brasília: Diário Oficial da União, Ano CXXXIV, nº 248, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. Brasília : MEC, SEB, 2017.

HEYWOOD, Colin. Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 4ª edição- editora LTC, Rio de Janeiro, 2015.

REIMER, B. A. A Philosophy of Music Education. New Jersey: Prentice Hall, 1970.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SOBRE A ORGANIZADORA

JOSIANE PAULA MALTAURO LOPES Doutora em Música - Linha de Pesquisa Educação e Música pela UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2018). Mestre em Música - Educação Musical pela UDESC - Universidade Estadual de Santa Catarina (2010). Especialista em Docência no Ensino Superior pela Unipan/Faciap de Cascavel (2007). Possui graduação em Licenciatura em Música pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná (2005) e graduação Musicoterapia pela Faculdade de Artes do Paraná (2005). Atualmente é Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da área de Arte/Música no IFPR *Campus Assis Chateaubriand*. Foi Coordenadora de Ensino do *Campus Assis Chateaubriand* do IFPR no ano de 2018. Atuou como Professora EBTT do IFMS da área de Artes/ Música. Foi Coordenadora da Especialização *lato sensu* em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica no IFMS - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus Ponta Porã*. Atuou no setor administrativo do IFMS *Campus Ponta Porã* como Chefe de Gabinete de 2011 até 2015. Atuou como bolsista FNDE na Coordenação de Polo de Educação à Distância do IFMS em parceria com o município de Ponta Porã no período de 2013 a 2015. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Música, atuando principalmente nos seguintes temas: música, musicalização, educação musical de jovens e adultos, educação musical ambientes formais e não-formais, expressão vocal e educação musical. Alguns trabalhos publicados e apresentados em congressos regionais e nacionais na área de Educação Musical.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizado Inicial do Violino 7, 71, 72, 73, 74

Audiação 6, 8, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 41

B

Barítono 6, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 60, 61

C

Canto 6, 8, 3, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

Carl Orff 5, 8, 8, 9, 10, 14, 24

Classificação Vocal 51, 52, 53, 54, 60, 61

Cognição 71, 74, 78, 79

Criatividade 4, 15, 17

Cultura de Pares 5, 8, 9, 12, 13, 14

D

Desenvolvimento 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 26, 33, 34, 36, 39, 41, 42, 58, 59, 65, 66, 71, 72, 73, 74, 75, 76

Dialética 15, 18, 34, 36

Dicção para Cantores 6, 8, 43

E

Educação Infantil 5, 8, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

Educação Musical 5, 6, 8, 3, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 21, 23, 24, 27, 29, 31, 62, 73, 79, 80

Espanhol Cantado 43

I

Improvisação Livre 5, 6, 8, 16, 23, 24, 27, 28, 29

Influência do Canto na Interpretação da Viola 64

Interpretação Instrumental 6, 8, 64, 65, 66, 67, 69

L

Linguagem 5, 6, 8, 1, 2, 4, 6, 10, 11, 22, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 66, 68

M

Movimento Escola Moderna 5, 6, 8, 23, 24, 25, 27, 29

Murray Schafer 15, 16, 17

Música 2, 5, 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 50, 51, 55, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 79, 80

P

Pedagogia Freinet 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30

Pedagogia Histórico-Crítica 6, 8, 22, 31, 33, 41, 42

Pedagogia Vocal 43, 51, 52, 63

Português Brasileiro Cantado 43

Práticas Pedagógicas 15, 72

Psicologia Histórico-Cultural 6, 16, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 41, 42

R

Reprodução Interpretativa 5, 8, 9, 12, 14

Retórica e Oratória 64

S

Ševčík 6, 7, 9, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

T

Técnica Vocal 54, 59, 60

V

Violino 6, 7, 9, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-548-8

